



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009065-65.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**
 Requerente: **Pedro Luciano Colenci**
 Requerido: **MAGNETIC MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS IN DÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da segunda ré um automóvel que trazia consigo um *kit* multimídia (central eletrônica composta por um aparelho de rádio, tela de sete polegadas, GPS, sensor de marcha à ré, controle do rádio no volante, sistema de voz, etc.) fabricado pela primeira ré.

Alegou ainda que esse *kit* depois de aproximadamente um ano e meio de uso deixou de funcionar, sendo então surpreendido com a informação de que as rés não disponibilizavam assistência técnica para o seu reparo.

Soube também que a única alternativa seria a substituição do *kit* por outro, o que lhe custaria cerca de R\$ 7.000,00.

A preliminar arguida pela segunda ré em contestação não merece acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

Sua legitimidade ad causam, encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a espécie vertente concerne a vício do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito), pouco importando a identificação do fabricante.

A ligação entre ela, fabricante do veículo, e o produto que deixou de funcionar, inserido no seu âmbito, dispensa considerações a demonstrá-la, de sorte que ostenta condições para figurar no polo passivo da relação processual.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto “*exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante*” (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, observo de início que está satisfatoriamente demonstrada a existência do problema de funcionamento no *kit* multimídia instalado no veículo adquirido pelo autor.

O documento de fl. 109 aponta nessa direção e não foi contrariado por nenhum outro.

Não seria crível, ademais, que o autor forjasse situação inexistente, ajuizando ação se o *kit* em apreço funcionasse normalmente.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Assentada essa premissa, o exame dos autos denota que a demanda não tem por objeto a discussão em torno do vício trazido à colação pelo autor.

Isso significa que o desfecho do processo passa ao largo da perquirição aprofundada desse vício, especialmente quanto à sua origem (se derivado de fábrica ou de mau uso por parte do autor) e extensão.

No mesmo sentido, é irrelevante confrontar os fatos diante da expiração do prazo para garantia na medida em que isso não foi questionado pelo autor.

Ele se volta na realidade somente contra a inexistência de assistência técnica para reparo do *kit* aludido ou, por outras palavras, contra a impossibilidade de buscar o conserto desse dispositivo.

Quanto ao assunto, assiste-lhe razão.

Com efeito, o direito ao reparo é previsto no Código de Defesa do Consumidor como atinente ao fabricante, como se percebe na redação de seu art. 18, § 1º.

Outrossim, o próprio consumidor tem esse mesmo direito, até porque o art. 32 desse diploma legal assegura a ele o acesso a componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação do produto e, quando tal suceder, durante "*período razoável de tempo*" (art. 32, parágrafo único).

Se assim é, evidentemente resta patenteado que o autor na espécie vertente poderia cobrar das rés a reparação do *kit* por meio da correspondente assistência técnica.

Na hipótese disso ser implementado, o assunto não trará desdobramentos, resolvendo-se tudo com o conserto necessário.

Quanto ao tema, ressalvo desde já que como foi expirado o prazo de garantia incumbirá ao autor arcar com os custos dos serviços a serem porventura realizados, após prévia aprovação do orçamento detalhado a ser então elaborado.

Já se outra for a alternativa, vale dizer, com a assistência técnica não se aperfeiçoando, as rés deverão solidariamente substituir o *kit* por outro de igual qualidade ou de qualidade superior, mas nesses casos ficará a cargo delas o ônus por toda a operação (fornecimento do *kit* original e sua instalação).

Tal responsabilidade decorreria do desrespeito pelas mesmas do direito do autor em buscar o conserto do dispositivo, devendo arcar com as consequências daí decorrentes sem que as pudessem repassá-las ao autor.

Por fim, assinalo que a condenação das rés a essa obrigação de fazer afasta a possibilidade de acolhimento do terceiro pedido formulado pelo autor no particular, pois se ocorrer o seu descumprimento as rés ficarão sujeitas a multa que se converterá em perdas e danos (art. 461 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das **Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Relativamente aos danos morais, de outra banda, tenho-os por configurados.

O autor investiu soma vultosa na aquisição de veículo dentre outras razões porque ele oferecia acessórios diferenciados, como o *kit* sobre o qual se estabeleceu a controvérsia.

Esperava, por óbvio, que ele funcionasse regularmente e que no mínimo em caso de algum problema que fosse sanado com rapidez.

Como não foi o que se deu, viu-se diante de frustração de vulto, seja porque ficou privado do acesso aos recursos do *kit*, seja porque a situação se arrastou por inadmissível espaço de tempo.

O mesmo se daria certamente com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar, de forma que as rés ao menos no caso dos autos não dispensaram ao autor o tratamento que seria exigível.

É o que basta para a caracterização do dano moral passível de ressarcimento, mas o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para:

1) condenar as rés ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em disponibilizar ao autor a assistência técnica para reparo do *kit* multimídia tratado nos autos no prazo máximo de dez dias.

Deverão nesse período apresentar orçamento pormenorizado do que for necessário ao conserto do *kit*, concluindo-o em vinte dias após a devida aprovação pelo autor, ou

1.2) substituir no prazo de quinze dias o *kit* multimídia tratado nos autos por outro original de igual natureza ou de natureza superior, instalando-o no automóvel do autor sem nenhum ônus para ele.

As rés ficarão sujeitas em caso de descumprimento dessa última obrigação ao pagamento da multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento dessa obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

2) Condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**